

CONGRESSO
Docentes de todo o país estarão em Porto Alegre de 27/3 a 1º/4 para o 40º Congresso do Andes. Delegação da AdUFRJ terá 19 integrantes

Página 3

UNIDADES APONTAM PROBLEMAS PARA RETORNO PRESENCIAL

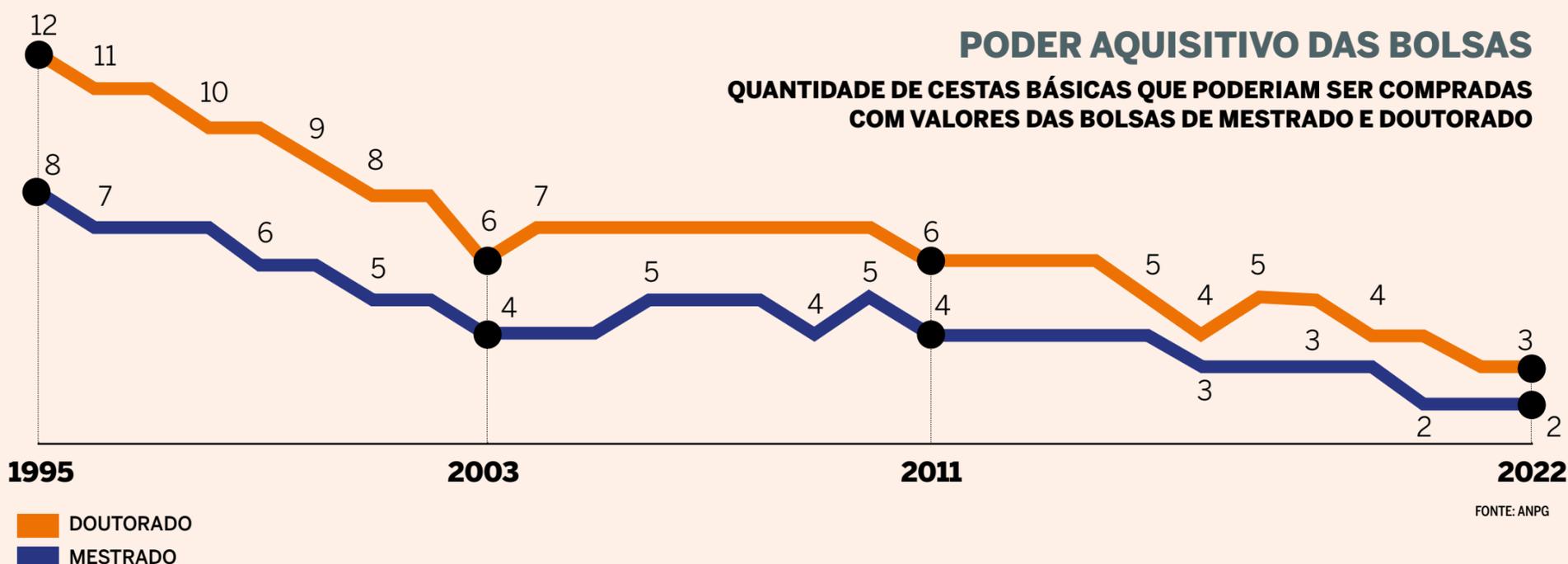
Páginas 6 e 7

MATHEUS ALVES/MST



Bolsas de pós desabam na era dos Vendilhões da Educação

No momento em que as bolsas de pós-graduação atingiram o menor valor da história, o país descobriu a existência de um gabinete paralelo no MEC para distribuição de recursos públicos. O esquema conta com a intermediação de pastores aliados e os favores podem ser trocados até por uma barra de ouro, o que motivou o protesto do MST (foto) em frente ao ministério. “Ei, você aí, me dá propina aí”, gritaram os manifestantes. De olho no “bezerro de ouro” da Educação, o governo ignora as dificuldades dos pós-graduandos e sacrifica o futuro do país. **Páginas 2, 4 e 5**



EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

A principal matéria desta edição aborda mais uma faceta do projeto de destruição empreendido pelo (des)governo Bolsonaro contra a universidade pública, a Educação, a Ciência e a Tecnologia: a queda vertiginosa do valor das bolsas de pós-graduação no país. Embora já estejam sofrendo a desvalorização há mais tempo — estão congeladas há nove anos —, as bolsas de mestrado e doutorado vivem seu pior momento sob a égide negacionista do atual governo. As do CNPq e da Capes atingiram, neste 2022, o menor valor real desde 1995. Se, naquele ano, uma bolsa de doutorado pagava R\$ 1.073 — o que correspondia a dez salários mínimos da época, ou doze cestas básicas —, hoje ela vale menos de dois salários mínimos e permite a compra de apenas três cestas básicas.

Na contramão desse panorama de descaso com a Ciência e a Educação, a AdUFRJ vai defender propostas de valorização dessas áreas no 40º Congresso do Andes, que começa no próximo domingo, em Porto Alegre

Esse cenário sombrio tem afastado muita gente da vida acadêmica. O professor Felipe Rosa, ex-diretor da AdUFRJ, tem observado um movimento preocupante de desistência no programa de pós-graduação do Instituto de Física, onde leciona. “Desde 2017, muitos fazem o mestrado e mudam de área. E conheço dois casos de pessoas parando o doutorado no meio e abrindo mão da bolsa, porque arrumaram emprego. Na minha época, não me lembro de ter acontecido algo assim. O valor da bolsa é muito ruim. A gente não consegue atrair praticamente ninguém que precisa se sustentar”, atesta o professor. Esse movimento é evidenciado pela queda na procura pelos programas stricto sensu de pós-graduação da UFRJ nos últimos anos. O número de ingressantes foi de 4.096 em 2018, caiu para 3.975, em 2019; 3.816, em 2020; e 3.542, em 2021. Confira em nossa matéria nas páginas 4 e 5.

Na contramão desse panorama de descaso com a Ciência e a Educação, a AdUFRJ vai defender propostas de valorização dessas áreas no 40º Congresso do Andes, que começa no próximo domingo, em Porto Alegre. Segundo a professora Mayra

Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, a diretoria assina cinco dos 57 textos que serão debatidos no encontro, entre os quais o 43 (A defesa do ensino público e a participação no Fórum Nacional Popular de Educação) e o 46 (A luta por políticas públicas para C&T no Brasil). “O texto 43 prevê a reconstrução de uma instância de participação ignorada pelos dois últimos governos federais. O Fórum Nacional de Educação foi destituído depois do golpe de 2016, com o impeachment da Dilma, e o governo Bolsonaro segue nesse fechamento das instâncias participativas. É importante a reconstrução desses fóruns”, defende Mayra, delegada representante da diretoria no congresso.

Já sobre o texto 46, a professora ressalta a necessidade de valorização da área de C&T para a categoria docente: “Essa tese aborda uma das razões do afastamento dos docentes do sindicalismo, que é a postura do Andes de não encampar pautas relativas à Ciência e Tecnologia. E nós incluímos nesse texto a importância de o Andes contribuir para o Observatório do Conhecimento, onde a AdUFRJ tem protagonismo, e que visa a aumentar a interação com a sociedade civil e com o Congresso em prol de mais verbas para a área de C&T”. Tema de nossa matéria na página 3, o 40º Congresso do Andes terá como tema central “A vida acima dos lucros: Andes-SN 40 anos de luta!” e será o primeiro evento deliberativo presencial da entidade desde o início da pandemia de covid-19.

E por falar em presencial, nossa reportagem nas páginas 6 e 7 mostra os preparativos na UFRJ para o reinício das aulas, em 11 de abril. A pouco mais de duas semanas do retorno, algumas unidades relatam problemas que vão desde a infraestrutura física dos prédios — como falta de ventilação e furto de aparelhos de ar-condicionado — até redução ou ausência de ofertas de transportes e de locais para alimentação, sobretudo no Fundão. No Colégio de Aplicação, as dificuldades são de pessoal: a unidade vai começar o período letivo com menos 36 professores, pois não recebeu autorização para a contratação de substitutos em tempo hábil.

Na semana em que mais um escândalo de corrupção do governo Bolsonaro veio à tona, com as denúncias de interferência de pastores evangélicos na aplicação de verbas do MEC (veja ao lado nota sobre o caso), pelo menos uma boa notícia: na página 8, trazemos uma matéria sobre as atividades do Centro Nacional para Identificação Molecular do Pescado (Cenimp), que inaugurou suas instalações no último dia 18. Boa leitura!

INFORME DA DIRETORIA

■ A AdUFRJ informa que a professora Eleonora Kurtenbach terá que se licenciar da nossa diretoria. Ela foi nomeada vice-diretora do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e nosso estatuto não permite o acúmulo das funções. A diretoria agradece todo o apoio da docente, sentirá a falta de sua talentosa contribuição e deseja boa sorte na nova empreitada.

ADEUS A MÁRIO AUGUSTO QUEIROZ CARVALHO

A diretoria da AdUFRJ manifesta seu profundo pesar com o falecimento do professor Mário Carvalho, de 35 anos. O docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais desapareceu durante o temporal que atingiu Petrópolis na tarde de domingo e seu corpo foi encontrado no final da tarde de terça-feira. O Departamento de Filosofia divulgou nota em que destacou o carisma, a gentileza e o cuidado com que Mário tratava os colegas e alunos. “Deixa uma lacuna no coração de todos”. Mário estava na mesma casa onde fo-

ram encontrados os corpos de Nelson Ricardo da Costa, de 59 anos, que também era professor, e da mãe de Nelson, Heloisa Helena Caldeira da Costa, de 86 anos. Mário ajudava o amigo a retirar a idosa de casa, quando o imóvel desabou. O jovem professor, que era coordenador de graduação do curso de bacharelado em Filosofia, ingressou no IFCS em 2017. Mário já atuava como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica (PPGLM), o mesmo no qual se tornou mestre e doutor pela UFRJ.



FOTOS: MATHEUS ALVES/MST



MST PROTESTA CONTRA GABINETE PARALELO NO MEC

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou um ato em frente ao MEC, na manhã desta sexta-feira (25). Os militantes protestaram contra a existência de um gabinete paralelo na pasta, formado por pastores aliados do ministro Milton Ribeiro e de Jair Bolsonaro. O governo nega, mas, em áudios divulgados pela imprensa esta semana, há indícios de que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura negociavam junto a prefeitos a liberação de recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O ministro diz, nas gravações, que a intermediação ocorreria para atender a um “pedido especial” do presidente. O MST levou a escultura de um bezerro de ouro — em alusão a uma passagem bíblica —, para simbolizar a relação entre os pastores e o governo. Na linguagem corrente, a expressão “bezerro de ouro” tornou-se sinônimo de um falso ídolo: por exemplo, o dinheiro. O prefeito de Luís Domingues (MA) disse que o pastor Arilton Moura teria lhe pedido um quilo de ouro como propina em troca da liberação de recursos do MEC para a construção de escolas e creches.

A Academia Brasileira de Ciências e a SBPC manifestaram preocupação com as notícias do escândalo e cobraram respostas do ministério, em nota conjunta divulgada dia 22. “Lembramos que desde 1889 as instituições religiosas estão separadas do Estado no Brasil, e que nossa República é laica, regime expressamente determinado por todas as Constituições republicanas, inclusive a de 1988. Isso significa que as decisões do Poder Público não podem ser subordinar a preceitos de qualquer religião”.

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, determinou a abertura de um inquérito contra Milton Ribeiro para apurar as supostas irregularidades nos repasses do MEC. “A gravidade do quadro descrito é incontestável e não poderia deixar de ser objeto de investigação imediata, aprofundada e elucidativa sobre os fatos e suas consequências, incluídas as penas”, diz um trecho da decisão.

Congresso do Andes define pauta prioritária para 2022

> Diretoria da AdUFRJ assina cinco dos 57 textos que serão debatidos no encontro, que ocorrerá de forma presencial entre os próximos dias 27 de março e 1º de abril, na UFRGS, em Porto Alegre

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Depois de mais de dois anos de atividades remotas, o Andes-SN terá seu primeiro evento deliberativo presencial desde o início da pandemia de covid-19. De 27 de março a 1º de abril, docentes de todo o país vão se reunir em Porto Alegre para debater e definir os rumos da entidade para este ano. O 40º Congresso do Andes terá como tema central “A vida acima dos lucros: Andes-SN 40 anos de luta!” e será realizado sob a organização da Seção Sindical do Andes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A delegação da AdUFRJ ao congresso terá 13 delegados e seis observadores (veja box ao lado).

Para Mayra Goulart, professora do IFCS, vice-presidente da AdUFRJ e delegada representante da diretoria no encontro, o congresso ocorre em um momento de reflexão sobre os rumos do sindicalismo na categoria. “Houve uma reunião do Setor de IFES do Andes no dia 21 agora, em que as ADs relataram como foram as assembleias que debateram a greve por tempo indeterminado. E me chamaram muito a atenção os relatos de desmobilização, de apatia da base, um cenário de pouco engajamento nas assembleias. Algumas nem conseguiram fazer assembleia por falta de quorum. Houve relatos até mesmo de desgaste com o sindicalismo, de professores desinteressados do movimento”, argumentou Mayra.

Segundo a professora, o congresso terá de se debruçar sobre essa realidade. “Acho importante marcar uma inflexão: não acredito que essa seja a realidade da AdUFRJ, pelo contrário.

O Congresso do Andes já é um contraponto à política autoritária e obscurantista de Bolsonaro”

MARKOS KLEZ GUERRERO
Professor do IFCS e diretor do Andes

Tivemos um número grande de professores participando da votação sobre a greve. Acho que esses professores se engajaram e se sentem representados porque esse movimento que lidera a AdUFRJ desde 2015, e que representa um novo sindicalismo, quer ir além dos chavões e dos mecanismos tradicionais de luta, buscar novas formas de engajamento, tentando falar a linguagem dos professores. Acho que esse modelo tradicional de sindicalismo praticado pela diretoria atual do Andes está um pouco desgastado. Temos que refletir sobre isso”, ponderou.

A mesma posição é sustentada por Felipe Rosa, professor do Instituto de Física e ex-diretor da AdUFRJ. Ele destaca a importância de se fazer um encontro presencial neste momento e de se discutir novas formas de engajar os docentes. “Vamos discutir ali, olho no olho, quais são as prioridades da luta sindical para nos organizarmos contra o Bolsonaro, nosso principal adversário nas eleições deste ano. Sempre fui um crítico muito consistente da forma como o congresso do Andes se desenrola, a começar pelo caderno de textos, cujas teses são escritas naquele jargão quase caricato que afasta a maioria esmagadora dos professores não militantes. E isso se estende para a forma como o congresso é conduzido. Um professor, mesmo sindicalizado, não se vê ali, ou se vê como um alienígena. O desafio é que o sindicato fale para fora da bolha de uma certa vanguarda que existe na classe docente e que não conversa com a sua base”, observou Felipe.

CONTRAPONTO AO AUTORITARISMO

Já para Markos Klemz Guerrero, professor do IFCS-UFRJ e diretor da Regional Rio de Janeiro do Andes, o congresso possibilita a ampla participação dos professores e seus resultados devem ser levados ao debate nas bases. “É um dos grandes momentos democráticos do nosso sindicato nacional. Todas e todos os filiados podem propor resoluções a serem debatidas e votadas pelos delegados, que são escolhidos em assembleias de cada seção sindical. Reformulações e sínteses de posicionamentos são elaboradas graças aos debates em grupos e nas plenárias. Só por isso, o Congresso do Andes já é um contraponto à política autoritária e obscurantista de Bolsonaro”, defendeu Klemz.



Acho que esse modelo tradicional de sindicalismo praticado pela diretoria atual do Andes está um pouco desgastado. Temos que refletir sobre isso”

MAYRA GOULART
Professora do IFCS
e vice-presidente da AdUFRJ

Segundo o dirigente, o encontro tem ainda a missão de planejar ações com vistas às eleições de outubro: “Ele tem peculiaridade de ocorrer em ano de eleições gerais, elemento que deve ser considerado na avaliação de conjuntura e planejamento de nossas ações, sem nunca perder de vista a autonomia do sindicato frente a partidos e governos, assim como dando continuidade ao enfrentamento persistente ao governo Bolsonaro, que permeou nossa luta nos últimos anos sem interrupção. Que possamos todas e todos fazer um debate político de alto nível e trazê-lo para assembleias de base presenciais na AdUFRJ, em que, assim como no Congresso, todos os filiados possam ter suas propostas debatidas e apreciadas”.

Ex-presidente da AdUFRJ e delegada ao congresso, a professora Eleonora Ziller, da Faculdade de Letras, acha que o Andes tem este ano a chance de retomar um papel de vanguarda na mobilização da sociedade civil. “O Andes deve voltar a ocupar o seu lugar de protagonismo no cenário nacional, no sentido de participar da luta pela democracia, pela reconstrução do Estado brasileiro, que está sendo arruinado. Que esse congresso seja um momento de reflexão. Principalmente depois do que ocorreu na assembleia da AdUFRJ que debateu a greve por tempo indeterminado. Havia 169 pessoas a favor da deflagração da greve. Em outros tempos, a greve seria aprovada em uma assembleia com cento e tantas pessoas. Mas agora tivemos mais de 800 professores que fizeram um esforço de se pronunciar, deixando evidente que não concordam com a condução

pelo Andes da luta sindical. O movimento docente precisa mudar de forma profunda a sua organização para voltar a ocupar o lugar na sociedade que ele merece”, lembrou Eleonora.

Também ex-presidente da AdUFRJ e delegado ao congresso, o professor Luis Eduardo Acosta, da Escola de Serviço Social, considera que o foco contra o governo Bolsonaro será predominante no encontro. “Será um reencontro presencial, depois de dois anos de atividades virtuais, impregnado da emoção pelo reencontro, assim como pela tristeza pelas vidas perdidas neste período. Será um congresso de solidariedade anti-imperialista, prestigiado pela participação, como convidada, da Central de Trabalhadores Cubana. Definiremos a centralidade da luta neste ano de 2022, no sentido de continuar os esforços unitários pelo Fora Bolsonaro! E avançar na luta pela recuperação e ampliação de liberdades e direitos democráticos. O eixo deve ser a Educação e levar o sindicato para as ruas com a pautas da Educação Pública, Ciência e Tecnologia e universidade popular”, disse Acosta.

DEFESA DE TESES

De acordo com Mayra Goulart, a diretoria da AdUFRJ irá ao congresso assinando cinco textos que serão debatidos pelos docentes. O primeiro deles é o Texto 26 (Campanha salarial nas IFES: reposição das perdas inflacionárias, já!). “Esse texto propõe a construção de uma pauta unificada de reivindicações para os servidores públicos federais, buscando um índice de reajuste unitário. Também apoia o esforço de articulação com outras entidades do funcionalismo público, e isso é muito bem-vindo porque aumenta nosso respaldo junto à sociedade civil”, disse Mayra.

O segundo é o Texto 43 (A defesa do ensino público e a participação no Fórum Nacional Popular de Educação), que prevê a reconstrução de uma instância de participação ignorada pelos dois últimos governos. “É positiva a iniciativa de reconstruir esse fórum, ele pode suprir a lacuna daquele que foi destituído depois do golpe de 2016, o Fórum Nacional de Educação. Esses fóruns participativos são muito importantes para a construção de pactos, de consensos. O governo Bolsonaro segue nesse fechamento das instâncias participativas, a ideia de participação não faz parte desse

governo”.

Para Mayra, o terceiro texto assinado pela AdUFRJ trata de uma questão nevrálgica para o movimento docente. Trata-se do Texto 46 (A luta por políticas públicas para C&T no Brasil).

“Essa tese é muito importante porque trata de uma das razões do afastamento dos docentes do sindicalismo, que é a postura do Andes de não encampar pautas relativas à Ciência e Tecnologia, tendo o entendimento da carreira docente muito binário, como se aqueles que se dedicassem à sala de aula não se dedicassem à pesquisa. E nós colocamos nessa tese a importância de o Andes contribuir para o Observatório do Conhecimento, onde a AdUFRJ tem protagonismo, e que visa a aumentar a interação com a sociedade civil e com o Congresso em prol de mais verbas para a área de C&T”.

Os outros dois textos assinados pela diretoria da AdUFRJ são o 56 (Pela reafiliação do Andes-SN ao Dieese) e o 57 (Método dos Congressos e Conads). Segundo Mayra, este último “é uma crítica à atual metodologia do Andes e uma proposta para que ela seja mais ágil, para que o congresso não seja tão demorado e as sessões, tão longas”.

DELEGADAS E DELEGADOS

Mayra Goulart
(delegada representante da diretoria)

Ricardo Medronho
(suplente da delegada)

Karine Verdoorn
Felipe Rosa
Eleonora Ziller
Cláudio Resende Ribeiro
Luciano Coutinho
Cristina Miranda
Luis Acosta
Eduardo Serra
Mathias Luce
Thais Motta
Maria Daniela Macedo

OBSERVADORES

Jacqueline Girão
(1ª suplente)

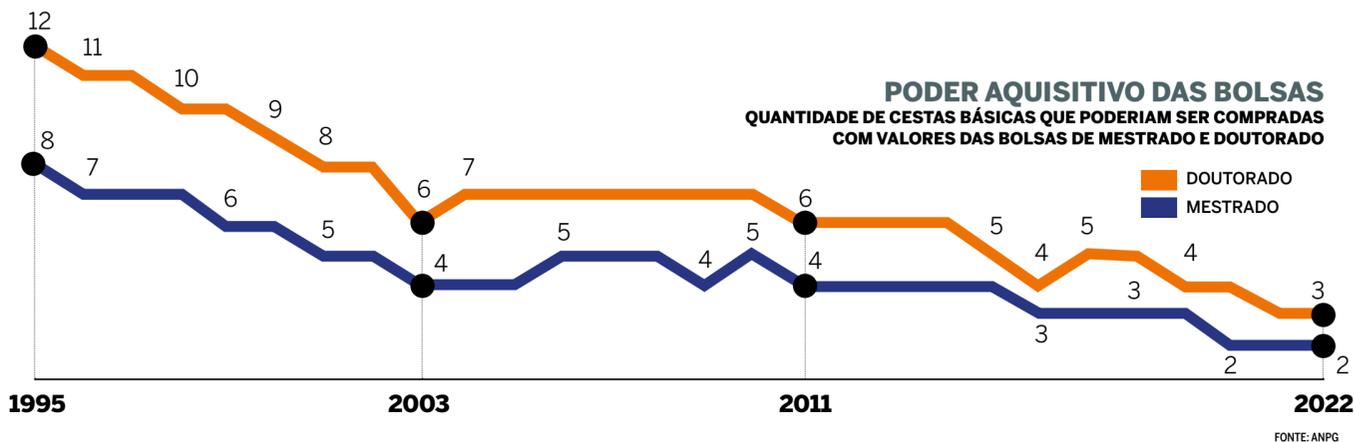
Claudia Piccinini
(2ª suplente)

Cleusa Santos
(3ª suplente)

Alessandra Nicodemos
(4ª suplente)

Simone Alencastre
(5ª suplente)

Jorge Ricardo Gonçalves



FONTE: ANPG

BOLSAS DESPENCAM E CHEGAM AO MENOR VALOR EM 30 ANOS

> Remuneração para mestrados e doutorandos está congelada há nove anos. Bolsistas de doutorado da Capes e do CNPq recebem só 1,8 salário mínimo, o equivalente a três cestas básicas, metade do poder de compra em 2013

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Após nove anos de congelamento, as bolsas da Capes e do CNPq atingiram, em 2022, o menor valor real em três décadas. Em 1995, um bolsista de doutorado ganhava R\$ 1.073, o que correspondia a dez salários mínimos da época ou doze cestas básicas. Em 2013, o valor nominal chegou a R\$ 2,2 mil, o que equivalia a quatro salários mínimos ou seis cestas básicas. De lá para cá, sem nenhum reajuste, ela vale hoje aproximadamente 1,8 salário mínimo e permite a compra de apenas três cestas básicas.

“A minha situação é bem ruim”, desabafa a estudante Larissa Inácio, que recebe bolsa de doutorado do CNPq, no Instituto de Física da UFRJ. Morando de aluguel, sozinha, a estudante conta com a ajuda mensal dos pais para continuar seus estudos. Ao mesmo tempo, Larissa estudante enfrenta questões de saúde agravadas pelas dificuldades financeiras. “A

taxa de pessoas com problemas psicológicos na pós-graduação é tão alta que existe uma série de pesquisas a respeito”, explica. “Você tenta sobreviver e existe o estresse da Academia. Não ter o reajuste é um estresse a mais. Preciso de remédios que, só com a bolsa, não teria como pagar”.

A rotina da pós é, sob muitos aspectos, ainda mais pesada do que a da graduação. Os pós-graduandos não têm bilhete único universitário, como os colegas da graduação. O único “alívio” é o direito à refeição de R\$ 2, no bandeirão da UFRJ. Outro problema são os livros técnicos. “É impossível comprar um livro importado da minha área”, afirma Larissa. A estudante poderia utilizar a chamada “taxa de bancada”, exclusiva dos bolsistas CNPq, de R\$ 394, e que só pode ser utilizada em apoio às atividades acadêmicas. Mas decidiu priorizar a aquisição de equipamentos de informática e a participação em congressos científicos com a verba. Por trabalhar em um projeto teórico, Larissa não precisa gastar com material de experimentos como os colegas de outras áreas. Mas os eventos cobram caro pela inscrição — para os padrões brasileiros —, mesmo realizados

“Para dar uma ideia da defasagem atual, lembro que eu cheguei a pegar a gasolina a R\$ 1 o litro. Hoje, está mais de R\$ 7. Quer dizer, enquanto a gasolina aumentou sete vezes, a bolsa que tive a maior parte do tempo não chegou a dobrar”

FELIPE ROSA
Professor e ex-diretor da AdUFRJ

em meio remoto. “Na semana passada, paguei 25 libras, o que corresponde a R\$ 200, com o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para um congresso online”, diz.

Outro problema é que as agências de fomento exigem dedicação exclusiva à pesquisa - com

poucas exceções, como a contratação como professor substituto, tarefa que Larissa assumirá a partir de abril. “Amo dar aula, mas eu deveria me dedicar, pela dinâmica da Academia, apenas à pesquisa no doutorado, o que se torna impossível”.

O cenário sombrio da pós se torna prova de resistência para os que ficam. Larissa conta que vários colegas já desistiram da vida acadêmica. Alguns, que terminam a graduação, se recusam a enfrentar um mestrado no qual vão receber — se conseguirem a bolsa — apenas R\$ 1,5 mil. “Como não somos tratados como profissionais da Educação, isso dificulta muito a negociação de um reajuste”, conclui.

OUTROS TEMPOS

Enquanto Larissa amarga o congelamento nos repasses da Capes e do CNPq, uma realidade bem diferente viveu seu orientador no Instituto de Física, o professor Felipe Rosa e ex-diretor da AdUFRJ. Em apenas quatro anos, de 2002 a 2006, o ex-bolsista do CNPq teve direito a dois aumentos no doutorado. “Assim que entrei, era de R\$ 1.073. Dois anos depois, foi para R\$ 1.267. E, nos últimos três meses, subi

para quase R\$ 1.400”, disse.

“Para dar uma ideia da defasagem atual, lembro que eu cheguei a pegar a gasolina a R\$ 1 o litro. Hoje, está mais de R\$ 7. Quer dizer, enquanto a gasolina aumentou sete vezes, a bolsa que tive a maior parte do tempo não chegou a dobrar”, afirmou. “Eu também conseguia comprar livros técnicos. Claro, o dólar também estava bem mais favorável. Um livro de capa dura que eu comprei antes até de ser bolsista, no ano 2000, custou R\$ 35. Hoje, a edição com capa mole, está US\$ 35, o que dá R\$ 175, fora o frete”.

Em 2005, Felipe também lecionou como professor substituto com grau de especialização e recebia R\$ 770. “O que correspondia a 60% do valor da bolsa. Hoje, alguém com especialização ganha em torno de 25% a mais que a bolsa. E não é que o salário de professor tenha melhorado”, compara.

O baixo valor da bolsa e a falta de perspectiva depois da pós-graduação produzem um movimento de desistência da vida acadêmica entre alguns alunos do programa do instituto. Algo que Felipe percebeu antes mesmo da pandemia. “Desde 2017, muitos fazem o mestrado

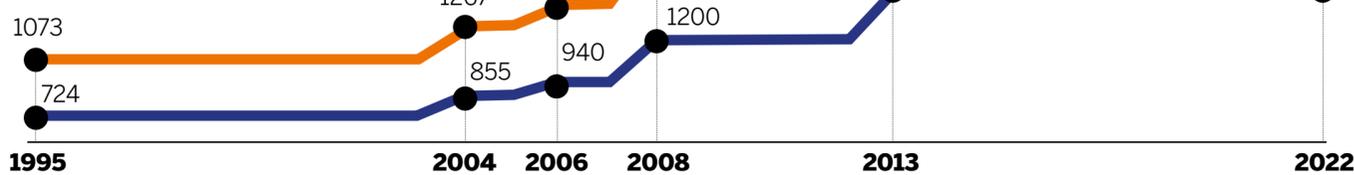
EVOLUÇÃO DOS VALORES DAS BOLSAS (R\$)

ÚLTIMO REAJUSTE: MARÇO DE 2013

DEFASAGEM HISTÓRICA

Desde 2013
- 67,97%

Desde 1995
- 515%



FONTE: ANPG

e mudam de área. E conheço dois casos de pessoas que interromperam o doutorado no meio e abriram mão da bolsa, porque arrumaram emprego. Na minha época, não me lembro de ter acontecido algo assim”, diz. “O valor da bolsa é muito ruim. A gente não consegue atrair praticamente ninguém que precisa se sustentar”, completa. “E quando termina a pós, você vai fazer o quê? Perspectiva de concurso não está boa. Há concursos para professor com mais de cem inscrições para duas ou três vagas?”.

DESDE 2013, PERDA DE 67%

O subfinanciamento e seu impacto na pesquisa nacional foram denunciados em artigo da Folha de S. Paulo, assinado por representantes da área de Ciência e Educação, no último dia 15. Um deles, o presidente da SBPC, professor Renato Janine Ribeiro. “O clima da pós-graduação é muito ruim, porque o valor das bolsas despencou. Está apenas uma pequena proporção do que já foi”, disse à reportagem do *Jornal da AdUFRJ*. “É importante aumentar o valor dessas bolsas para que os nossos estudantes de mestrado e doutorado possam ter a dedicação exclusiva à pesquisa”, completou.

A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento — que reúne SBPC, Academia Brasileira de Ciências, Andifes e o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, entre outras entidades — informou, no artigo da Folha, que a correção pela inflação acumulada desde 2013 (67%) deveria elevar a bolsa de doutorado a R\$ 3.666. E indicou um reajuste de 25% agora e outro igual, no próximo ano, para a recomposição, ao menos, do valor de 2013.

QUEDA NA PROCURA PELA PÓS

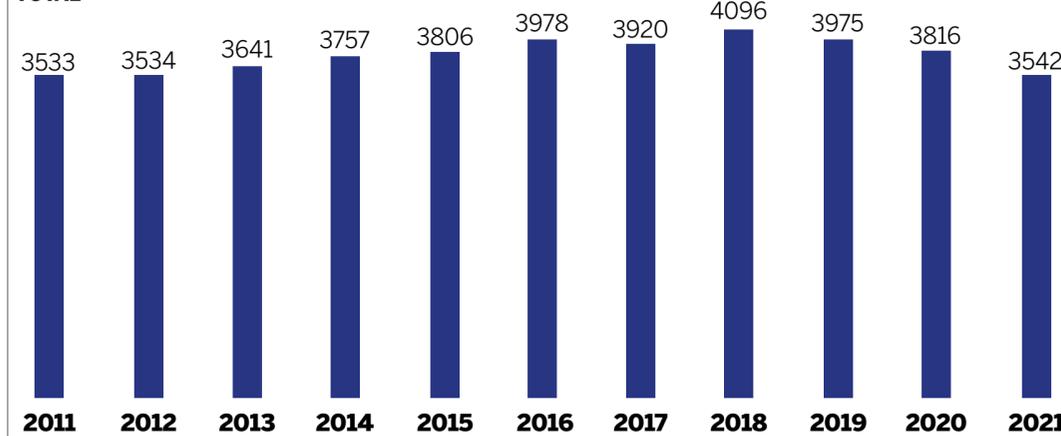
Diante de bolsas tão reduzidas e ausência de concursos, o desinteresse pela carreira acadêmica já pode ser constatado na queda da procura pelos programas *stricto sensu* de pós-graduação da UFRJ, nos últimos anos. O número, que atingiu 4.096 ingressantes em 2018, caiu para 3.975, em 2019; 3.816, em 2020; e 3.542, em 2021, de acordo com informações da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da maior federal do país.

A pró-reitora Denise Freire apoia inteiramente o pleito dos estudantes. “Os pós-graduandos são a força motriz do sistema nacional. São eles que ficam ali no dia a dia, tocando a pesquisa e gerando resultados para ter o desenvolvimento tecnológico”, diz. “A bolsa de mestrado é quase o valor que paga um estágio. Você perde a atratividade”.

A professora chama atenção para outra grave consequência da falta de apoio à Ciência, na UFRJ. Como os cursos são bastante exigentes, os alunos estão adoecendo. “É uma cobrança muito grande para uma bolsa muito baixa. Muito aquém do que a pessoa merece. Há um adoecimento assustador entre nossos alunos. Na primeira

NÚMERO DE INGRESSANTES NO STRICTO SENSU DA UFRJ

TOTAL



FONTE: PR-2

oportunidade, ele vai embora”, observa. “Tenho um aluno de pós que fez intercâmbio e recebeu quatro propostas para ficar no exterior. Como tem emprego aqui, na Embrapa, ele voltou. Se não estivesse empregado, ele voltaria?”, questiona.

EVASÃO DE 26% NA USP

Na outra ponta do sistema, um número expressivo mostra que a crise não é exclusividade da UFRJ. “O anuário da USP aponta uma evasão de 26% na pós-graduação entre 2018 e 2021. A evasão é uma das consequências do fato de que não existe um fomento para a formação de pesquisadores no Brasil. Sem aporte ou sem uma família que banque, a pessoa não consegue se manter”, afirma a presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos e doutoranda de História Econômica na instituição paulista, Flávia Calé.

Mas ainda há esperança. “Te-

mos feito uma campanha intensa de mobilização. Em outubro, fizemos um dia nacional de paralisação em defesa do reajuste das bolsas. Na mesma semana, a Fapemig, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, reajustou as bolsas estaduais”, explica Flávia. “E, a partir dali, desencadeou um processo de aumento entre as fundações estaduais: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amazonas, várias agências. São Paulo, que tem uma política de reajuste permanente, tem uma bolsa de mestrado com valor maior (R\$ 2.349,45) que a bolsa de doutorado nacional”.

Os pós-graduandos reivindicam, além do reajuste integral dos 67%, a universalização das bolsas para todos aqueles que desejam seguir carreira científica. “Não é só o valor congelado da bolsa. Quase dois terços dos pós-graduandos não têm acesso ao fomento. Ou seja, são trabalhos voluntários”, informa a dirigente

estudantil.

RESPOSTA DO GOVERNO

O Ministério da Ciência e Tecnologia não respondeu aos questionamentos da reportagem, até o fechamento desta edição. Por nota, via assessoria de imprensa, a presidência da Capes disse reconhecer como “legítimo” o pleito dos pós-graduandos de aumentar os valores pagos pelas bolsas de estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. “Ao tomar posse em abril de 2021, a presidente Cláudia Queda de Toledo determinou estudos de viabilidade e de compatibilidade orçamentária e financeira com o objetivo de aumentar os valores das bolsas. A Capes acredita que os esforços no sentido da concessão do reajuste produzirão os efeitos pretendidos, mas sempre levando em conta o contexto de responsabilidade fiscal e do melhor emprego dos recursos públicos existentes e disponíveis”.



ABAIXO-ASSINADO COBRA LIBERAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUADRIENAL

“Circula na plataforma ‘change.org’ uma petição eletrônica em defesa da pós-graduação brasileira. Com mais de quatro mil assinaturas, o documento cobra a realização do atual processo de avaliação dos programas conforme modelo decidido pela comunidade acadêmica, além da publicação de seus respectivos resultados.”

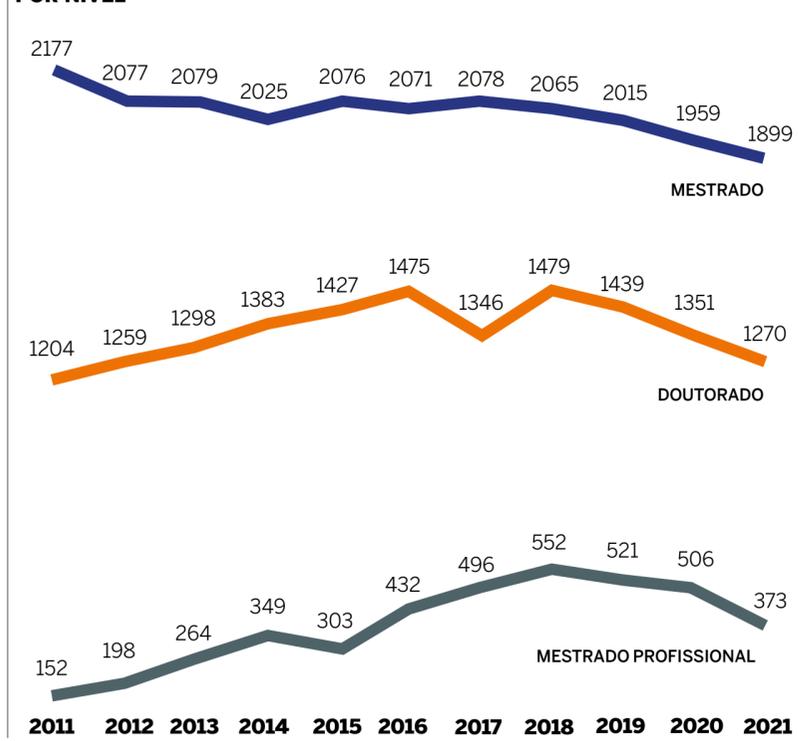
Em setembro do ano passado, a avaliação quadrienal da Capes foi suspensa por uma ação judicial movida pelo Ministério Público (MP). Os procuradores argumentam que há supostas irregularidades nos critérios de ranqueamento entre os programas. Em dezembro, a Justiça Federal determinou a retomada da avaliação, mas ainda não permitiu a divulgação final dos resultados. O processo ainda está em tramitação.

A petição eletrônica questiona a insistência do MP em engessar os procedimentos de avaliação, como fez na última audiência pública sobre o caso, no final de fevereiro.

Presidente da SBPC e ex-diretor de Avaliação da Capes entre 2004 e 2008, o professor Renato Janine Ribeiro considera que os procuradores do Ministério Público demonstram “pouco conhecimento” sobre o funcionamento da pós-graduação brasileira. “Esperamos que a Justiça reconheça a competência técnica e legal da Capes para fazer a avaliação”, afirma.

NÚMERO DE INGRESSANTES NO STRICTO SENSU DA UFRJ

POR NÍVEL



FONTE: PR-2

UFRJ define que todas as atividades são essenciais

> Decisão é parte da resolução aprovada no Conselho Universitário esta semana, sobre o retorno presencial. Conselho de Ensino de Graduação também estipulou normas para a volta aos campi

SILVANA SÁ E BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufrrj.org.br

Todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas da universidade são essenciais. A norma, aprovada no Conselho Universitário desta quinta-feira, dia 24, explicita a necessidade do retorno imediato aos campi e unidades isoladas da UFRJ. Docentes, técnicos e estagiários da universidade deverão apresentar comprovante com esquema vacinal completo para covid-19. Apenas pessoas imunossuprimidas – usuárias de alguma medicação que causa a queda da imunidade, como reação adversa –, imunodeprimidas – com doenças que comprometem o sistema imune – e com doenças graves poderão permanecer em trabalho remoto.

A nova legislação busca dar condições para que as unidades abram todas as turmas – ou a maior parte delas – no regime presencial. “Estamos tomando essa decisão levando em conta a segurança sanitária do nosso corpo social”, destacou o professor Roberto Medronho, coordenador do GT Coronavírus. “Todos os serviços e setores que apoiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser também considerados essenciais”, sugeriu. A resolução foi aprovada por 44 votos favoráveis e apenas duas abstenções.

A reitora da universidade, professora Denise de Carvalho, deixou claro que poderá voltar atrás na decisão, caso os indicadores sanitários se alterem. Hoje, os municípios onde a UFRJ possui campi estão com índices de contágio considerados baixos. “Se surgir uma nova variante, por exemplo, poderemos voltar ao sistema remoto, para a segurança de todos”, declarou.

O professor Carlos Alberto Riehl, do Instituto de Química, sugeriu que a reitoria edite uma nota técnica para dirimir eventuais dúvidas que restem

após a publicação da resolução no Boletim da UFRJ. Uma delas diz respeito a quais doenças serão consideradas graves para a universidade. “Como será feita essa comprovação, por meio de atestado, por apresentação de exames? Quais doenças entrarão nessa lista? São questões que vão precisar ser detalhadas, pois podem impactar na distribuição de carga horária, na distribuição de turmas”, exemplificou. A nota técnica deve ser publicada até o início de abril.

PASSAPORTE AINDA INCERTO PARA ESTUDANTES

A cobrança do comprovante vacinal para servidores já está definido. Conforme adiantou a edição passada do **Jornal da AdUFRJ**, o sistema Passaporte Minerva será utilizado para armazenar as informações sobre a vacinação de técnicos e docentes. Mas os estudantes ainda não têm uma política definida sobre o tema. No Consuni, a estudante Júlia Vilhena questionou qual será a forma de cobrança da vacina aos estudantes. “Uma das principais preocupações dos estudantes é a garantia do controle de vacinação nos espaços da universidade”, disse.

A reitora adiantou que a administração central não trabalha com a perspectiva de impedir a matrícula de estudantes não vacinados. Já a pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, informou à reportagem que a reitoria “está equacionando a maneira mais eficaz para essa questão”.

REGRAS PARA GRADUAÇÃO

O Conselho de Ensino de Graduação também se debruçou sobre uma legislação específica para o início do ano letivo. O novo documento autoriza defesas de trabalhos de conclusão de curso e a realização de colações de grau de forma remota. A resolução também determina a aprovação de estudantes por nota igual ou superior a 5 e, excepcionalmente em 2022.1, por frequência igual ou superior a 50%.

As adequações surgiram de



COORDCOM/UFRJ

Uma das principais preocupações dos estudantes é a garantia do controle de vacinação nos espaços da universidade

JÚLIA VILHENA
Representante dos Estudantes no Consuni

demandas da comunidade acadêmica. No caso da frequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina presença igual ou superior a 75%, mas o colegiado compreendeu que o próximo semestre será de readaptação após dois anos de pandemia e isolamento da maior parte do corpo social da universidade. Com as mudanças, foram revogadas todas as resoluções que tratavam de períodos letivos remotos e sobre regras do período letivo excepcional.

“Todas essas propostas foram demandadas em reuniões que o professor Marcelo de Pádua fez nos centros. Fizemos um compilado da demandas dos docentes, dos discentes e elaboramos a proposta inicial desta resolução”, explicou a pró-reitora, professora Gisele Pires.

O estudante Victor Trindade fez um desabafo sobre a falta de

informações que os estudantes de graduação ainda enfrentam. “Estamos em início de período de inscrição de disciplinas sem diversas disciplinas. O retorno presencial traz drásticas mudanças nas vidas dos alunos. Não temos nenhuma sinalização de quais vão ser as disciplinas do período”.

CEDERJ JÁ TEM CALENDÁRIO

O CEG também definiu o calendário de inscrições e para pedidos de isenção de taxa de inscrição no vestibular do CEDERJ. O quadro de vagas ainda está sendo discutido e deverá ser apresentado na próxima semana. O concurso de seleção CEDERJ é a forma de ingresso da UFRJ para a educação superior a distância. O período de inscrições acontece entre 11 de abril e 8 de maio. Já o período de isenção vai de 31 de março a 10 de abril.

também aproveitou o momento para homenagear o servidor, que era chefe da Biblioteca Central do CT. “Realmente, uma perda irreparável”, lamentou.



Francisco de Paula neste momento de muito pesar. Francisco de Paula permanecerá presente entre nós por suas ideias e seus ideais”. O decano do Centro de Tecnologia, professor Walter Suemitsu,

NOTAS

PESAR NO CONSUNI

O Conselho Universitário desta quinta-feira (24) foi o primeiro sem a presença do conselheiro Francisco de Paula Araújo, técnico-administrativo que faleceu de câncer no dia 12 de março. A reitora, professora

Denise Pires de Carvalho, abriu a reunião. “Com muita tristeza, dou início a esta reunião do Conselho Universitário”, disse a professora, muito emocionada. “Peço um minuto de silêncio para relembrarmos



Retorno presencial: unidades listam problemas

> Redução das linhas de ônibus e poucas opções de alimentação são algumas das preocupações levantadas, além de obras não terminadas

LUCAS ABREU E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

Os desafios impostos à universidade no retorno presencial não se resumem a atos legislativos decididos nos colegiados superiores da UFRJ. A burocracia para permitir a volta das aulas nos campi é apenas a ponta do iceberg de problemas que se acumulam há, pelo menos, dois anos. E dizem respeito, em grande medida, à infraestrutura, orçamento curto e à própria estrutura da cidade. “Não ter todas as linhas de ônibus rodando no Fundão, por exemplo, impacta diretamente esse retorno. Atinge estudantes, técnicos, terceirizados e professores”, ilustra o professor Edson Watanabe, da COPPE. “Outro problema que identificamos é em relação à alimentação, pois muitos trailers e quiosques acabaram fechando em definitivo com a pandemia”, afirma.

O docente foi um dos integrantes do Conselho de Representantes da AdUFRJ a enviar para o sindicato um compilado dos principais problemas enfrentados por suas unidades. Na COPPE, por exemplo, Watanabe e os conselheiros Marcello Cam-

pos e Leda Castilho listaram necessidades como: aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, já que os do Programa de Engenharia de Transportes foram furtados; mobiliário; limpeza geral do campus do Fundão; aumento da segurança que inviabilize os furtos de aparelhos e de cabos de cobre. A infraestrutura para atender pessoas com deficiência também é um ponto de preocupação levantado pelo professor Watanabe. “O elevador do meu bloco, por exemplo, está quebrado. Como uma pessoa com deficiência vai subir três andares de escadas?”, questiona. “Enfim, são vários os problemas, nós vamos ter trabalho, mas os desafios ainda são menores do que eram lá atrás, na década de 70”.

No Instituto de Biologia, o clima está entre a empolgação pela volta das aulas presenciais e dúvidas, que serão respondidas no dia a dia, sobre as reais condições de segurança. Segundo o levantamento feito pelos integrantes do Conselho de Representantes, o ponto mais crítico é a ventilação. “Na Biologia tem um problema, que é na verdade de todo o CCS, que é o subsolo. É muito importante que os exaustores estejam funcionando”, conta a professora e conselheira Christine Ruta. Segundo o relatório enviado pe-

los professores, os exaustores do subsolo do CCS não funcionam há oito anos. Outras necessidades listadas pelos docentes foram a abertura das janelas no vão das escadarias que dão acesso ao subsolo, o fornecimento de álcool para professores e técnicos, a revisão e manutenção de todos os ventiladores das salas de aula e a colocação de sabão nos banheiros.

“Eu espero que o GT Coronavírus recomende que seja obrigatório o uso de máscaras nos lugares fechados da universidade”, diz Christine. Para ela, os alunos que ficaram afastados das aulas práticas (retomadas no ano passado) ainda têm incertezas se conseguirão cumprir todo o currículo. “Estes alunos estão ansiosos, querem saber se vão poder ter aulas práticas e recuperar o tempo perdido. É complicado porque não vamos poder encher muito as salas”, explica. A despeito de tantos problemas, segundo ela, há muita disposição no instituto para voltar às salas de aula. “A indicação de manter a máscara, por exemplo, é importante até porque não sabemos como vai se comportar o coronavírus”, acrescenta.

A ventilação também é um desafio na Escola de Química. “Nossas salas têm ar-condicionado, as janelas são altas e não

têm ventiladores. Vamos precisar arejar essas salas”, explica o professor Alexandre Leiras, também integrante do CR. Ele conta que o relatório sobre as mudanças necessárias foi feito a partir de uma conversa com a direção da Escola. Sua avaliação é de que o clima entre os professores é de expectativa pelo retorno. “A maioria dos professores com quem converso está bastante otimista. Eu mesmo não vejo a hora de voltar, tanto que voltei a dar aulas práticas em novembro do ano passado”, conta o professor, que ressalta, ainda, que sua unidade nunca deixou de funcionar. Alexandre foi diretor adjunto de Infraestrutura da EQ até dezembro do ano passado. O fato de ser uma unidade concentrada em apenas um bloco, de acordo com ele, ajuda a garantir as condições mais adequadas para o retorno. “A Escola de Química está limpa, iluminada, pronta para receber as aulas a hora que for. Mas essa é uma visão particular da nossa unidade, que é pequena”, reconhece. “É um caso muito diferente de unidades onde os dirigentes dizem que não têm condições de voltar”, alerta.

“Conseguimos manter as aulas, mas a um custo muito alto. Estamos dando as nossas aulas e cobrindo a maior parte das outras turmas sem professores, além de darmos conta das demais tarefas, como atividades de pesquisa, orientações de licenciandos, atuação na extensão e todas as demais funções de ensino”, detalha a professora.

Os professores substitutos só começaram a chegar nesta semana, quase dois meses depois do início das aulas integralmente presenciais do Colégio. “A gente espera que isso não volte a acontecer. O CAP não é um apêndice da UFRJ, ele é parte da universidade e precisa ter suas especificidades levadas em consideração. Nosso calendário não é igual ao do ensino superior”.

PROBLEMAS DE PESSOAL

A infraestrutura não foi o maior problema enfrentado pelo Colégio de Aplicação no retorno do ano letivo de 2022. “Nosso

grande problema foi de pessoal. Começamos o ano letivo com menos 38 professores (36 substitutos e 2 com comorbidades)”, revela a professora Thais Motta, uma das representantes do CAP no CR. A autorização para contratação dos substitutos só chegou em fevereiro. “Fizemos o processo de seleção junto com o início das aulas presenciais, num momento muito sensível, de acolhimento dos estudantes que passaram dois anos sem convívio social”, relata. “Trabalhamos dois sábados seguidos, o dia inteiro, para finalizar o processo o mais rápido possível”.

O relato foi enviado também formalmente à AdUFRJ, no formulário assinado por Thais e as professoras Lorena Carvalho, Simone de Alencastre e Thayná Marques. A escola tem duas unidades: a de Educação Infantil fica no Fundão, enquanto na Lagoa se concentram os ensinos Fundamental e Médio. “Nossas aulas começaram no dia 7 de fevereiro. Houve todo um planejamento, obras nas duas unidades, apesar de ainda haver algumas demandas, tudo o que cabia a nós, nós fizemos”.

Faltando tanta gente no quadro, a única forma encontrada pelos professores da escola para iniciar o ano letivo foi aumentar suas cargas horárias em sala de aula. O resultado: exaustão.

“Conseguimos manter as aulas, mas a um custo muito alto. Estamos dando as nossas aulas e cobrindo a maior parte das outras turmas sem professores, além de darmos conta das demais tarefas, como atividades de pesquisa, orientações de licenciandos, atuação na extensão e todas as demais funções de ensino”, detalha a professora.

Os professores substitutos só começaram a chegar nesta semana, quase dois meses depois do início das aulas integralmente presenciais do Colégio. “A gente espera que isso não volte a acontecer. O CAP não é um apêndice da UFRJ, ele é parte da universidade e precisa ter suas especificidades levadas em consideração. Nosso calendário não é igual ao do ensino superior”.

computados. Quem conquistou até aquele momento continua a receber”, explica a advogada Ana Luísa Palmisciano, da AdUFRJ. A lei também não prejudica as progressões e promoções dos docentes federais.



LEI 191/22 NÃO AFETA PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Preocupados com a lei complementar nº 191/22, sancionada este mês pelo governo Bolsonaro, vários professores entraram em contato com a assessoria jurídica da AdUFRJ. A legislação impõe prejuízos ao

funcionalismo público de estados e municípios, mas não atinge os servidores federais. O texto retira a contagem do tempo de serviço entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, com exceção dos profissionais

das áreas de saúde e segurança. A medida afeta a concessão de diversos adicionais, como anuênios e licença-prêmio, revogados para os servidores federais na década de 90. “Desde 1996, não há novos períodos

QUE PEIXE É ESSE?

Com instalação do novo laboratório do Centro Nacional para Identificação Molecular do Pescado, UFRJ dá grande contribuição à regulação do mercado pesqueiro no Brasil

BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufRJ.org.br

ODNA não mente. É com essa premissa, partindo da Genômica Pesqueira, que trabalha o Centro Nacional para Identificação Molecular do Pescado (Cenimp) da UFRJ, cujas novas instalações foram inauguradas no último dia 18. Vinculado ao Instituto de Biologia, o Centro descende da antiga Rede Nacional para Identificação Molecular do Pescado (Renimp) e tem entre os seus objetivos a checagem das espécies comercializadas, a delimitação de estoques pesqueiros e a busca por marcadores de poluição. O Cenimp conta com o maior banco de sequências de DNA da América Latina, que permite a identificação dos pescados mesmo quando processados.

“O Cenimp é a minha maneira de prestar serviços à sociedade”, assegura o coordenador e idealizador do Centro, professor Antônio Solé. Apesar de não ter poder de fiscalização, o Centro colabora com as autoridades — como Polícia Civil e Ministério Público — com suas publicações científicas. “Usamos as ferramentas da Ciência para informar legisladores e fiscalizadores”, destaca o professor Frederico Henning, que coordena as atividades de pesquisa e inovação na área da Genômica Pesqueira no Cenimp. Além de pesquisa, o Cenimp realiza extensão junto à ONG Oceana, que busca evitar a comercialização de espécies ameaçadas.

Filha de pescador, a reitora Denise Pires de Carvalho prestigiou a inauguração das novas instalações do Cenimp e destacou sua importância para a UFRJ e para o país. “A identidade desse pescado serve não somente para o pescador,

mas para toda a rede de comércios, restaurantes e para a sociedade saber o que está consumindo”, afirmou. Lembrando a infância no barco ao lado do pai, a reitora fez um alerta sobre a questão ambiental. “Sou da geração que parou de nadar na Baía de Guanabara porque um nadador pegou hepatite A”, contou. “Não é possível que a gente continue maltratando tanto o meio ambiente”.

O Cenimp é um mar de possibilidades. Estuda-se o limite dos estoques pesqueiros de merluzas, corvinas e tamboris para definir quantas toneladas podem ser pescadas anualmente de maneira sustentada. Analisando mais de 7.000 partes do genoma de outras do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, o Centro investiga possíveis diferenças genéticas das mesmas espécies em lugares muito e pouco poluídos. Quando o assunto é identificação de pescados, as pesquisas vão do filé ao peixe processado em bolinhos e croquetes, resguardando quem consome e impedindo que espécies crípticas (muito similares), às vezes ameaçadas, sejam comercializadas.

Daniela Souza, da equipe do Cenimp, estuda a substituição do linguado (*Paralichthys spp.*) desde a sua iniciação científica (2018), examinando a taxa de fraude em supermercados. Durante seu mestrado, a coleta foi ampliada para feiras, peixarias e restaurantes. Os objetivos eram localizar a prevalência dessas substituições, buscando um alvo para as fiscalizações, e o desenvolvimento de metodologias de identificação molecular focadas nas espécies de maior ocorrência

de segurança que um laboratório precisa para certificação.

Apesar da felicidade do corpo acadêmico com a inauguração, a reitora Denise Pires de Carvalho reforçou o compromisso com mais agilidade na construção de centros e laboratórios de pesquisa da UFRJ. A licitação do Cenimp foi em 2014 e o prédio ficou pronto em 2016, mas vários problemas de infraestrutura foram enfrentados. Com uma pandemia que ainda perdura, a inauguração era pra ter ocorrido em janeiro, mas foi postergada para março. “Você [professor Antônio Solé] não precisava ter esperado tantos anos. Captou o recurso, a construção tem que acontecer”, disse Denise. “Precisamos desobstruir os caminhos de quem trabalha sério pela universidade. Porque quem trabalha sério pela universidade está trabalhando sério para o povo brasileiro.”



de verdade. “É um dano econômico para o consumidor. Espécies que são mais baratas podem ser vendidas como mais caras”, aponta a mestrandia, também da equipe do Cenimp. Segundo a Instrução Normativa 53 (2020), somente o bacalhau “cod” (*Gadus macrocephalus*) e o “do Porto” (*Gadus morhua*) podem ser comercializados como bacalhau legítimo. Os falsos são peixes salgados secos, como ling e poloca do Alaska. “Arranca-se a cabeça, o rabo e as escamas do peixe, deixando-o como posta ou filé, impossibilitando a identificação a olho nu ou morfológica”, explica Carine. Sua pesquisa originou a aula “Que bacalhau é esse?” em escolas públicas, fruto do projeto pedagógico “UFRJ Doa uma Aula”. A proposta é mostrar as espécies de bacalhau e as técnicas aplicadas para identificar fraudes.

As fraudes podem trazer riscos à saúde. Hoje, 75% dos peixes rotulados como linguado são, na verdade, panga (*Pangasianodon hypophthalmus*). “Esse peixe pode conter contaminantes por conta de sua origem de cultivo, o que poderia gerar um problema de saúde pública”, alerta Daniela. No caso do bacalhau, os consumidores podem respirar aliviados. Embora as outras espécies não estejam classificadas como bacalhau pela legislação, ainda assim constam como peixes destinados ao comércio nacional. “São tão bons para a saúde quanto o bacalhau. Só fazem mal ao bolso”, brinca o professor Solé.

O banco de sequências de DNA do Cenimp conta com 220 espécies, o que representa 99% de todo o pescado marinho brasileiro. O objetivo inicial era coletar as 100 espécies mais comuns no Brasil e sequenciar seu DNA. A quantidade de espécies brasileiras no banco de DNA internacional, o *GenBank*, era muito baixa: “Sempre que precisávamos tentar identificar algum pescado nacional, esbarrávamos nisso”, conta Solé. Orgulhoso, o professor lembra que, apesar da meta inicial ser o sequenciamento de 100 espécies, eles realizaram mais de 190. O próximo passo do Centro é a identificação de pescados em água doce.

O financiamento para o projeto veio de agências de fomento, Faperj, CNPq e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Antes de ser extinto, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) chegou a ser seu principal financiador.

nas substituições. A pesquisa mostrou que os pescados substituídos eram 20 vezes mais caros, além de a fraude mascarar o verdadeiro estado das populações de linguados, às vezes ameaçadas. “Nos restaurantes, a taxa de fraude chegou a 82% e nas feiras, a 61%. Além da caracterização morfológica, há uma possibilidade de mascarar o sabor e o aspecto do filé”, ressalta. Devido à rígida fiscalização, ocorreu uma queda de 12% na taxa de fraude nos supermercados.

Nem os bolinhos de bacalhau escapam. Na ponta da cadeia da atividade pesqueira, a pesquisa de Carine Belau mostra que mais de 20% do bacalhau comercializado no Rio de Janeiro não são bacalhau

COMO FUNCIONA O CENIMP

■ O Centro tem uma biblioteca de sequências de DNA com quase todas as espécies de pescado marinho brasileiro (99%), de onde se tiram os dados de comparação com as amostras. Para isso, foram coletados peixes inteiros, identificados por zoólogos. A biblioteca consiste em pedaços de tecido de 220 espécies.

■ Depois, é retirado o DNA de cada amostra de tecido. Esses DNAs são sequenciados para três genes, sendo dois da mitocôndria (organela responsável pela respiração celular) e um do núcleo. Forma-se então uma segunda biblioteca, que conta com esses três genes dessas espécies de pescado, totalizando mais de 4.000 sequências de DNA.

■ Com essa segunda biblioteca, podem ser feitas análises de amostras de pes-

cados comercializados em restaurantes, feiras, mercados ou peixarias.

■ As sequências obtidas são comparadas com as da biblioteca por meio de um programa de computador. A partir desse programa, o pesquisador poderá saber qual sequência na biblioteca mais se parece com aquela da amostra, inclusive com a taxa de incerteza da identificação. Se a incerteza for menor do que uma em um milhão, é a espécie indicada.

■ Essa identificação é usada para fins acadêmicos, de fiscalização e ainda pelas indústrias pesqueiras. Pode ser útil, também, para a conservação de espécies (uma espécie ameaçada de extinção ou de pesca proibida pode estar sendo comercializada com o nome de uma espécie não ameaçada).

NOVO LABORATÓRIO: MODERNIDADE E SEGURANÇA

Inaugurado na última sexta (18), o Cenimp tem sua equipe composta pelos dois coordenadores, professores Antônio Solé e Frederico Henning, e 11 pesquisadoras de iniciação científica, mestrado, doutorado e direcionamento científico-tecnológico. O projeto custou R\$ 1,1 milhão. Já o Banco de Dados demorou dois anos para ficar pronto, ao custo de de R\$ 800 mil. As novas instalações ocupam uma área de 400 metros quadrados e contam com freezers para estocagem de tecidos, laboratório e salas de preparo de soluções, experimentos moleculares e sequenciamento de DNA. O Cenimp tem todos os requisitos